

CENTRO DE RESULTADO: RDN - RODOANEL TRECHO NORTE

ÁREA INTERESSADA: EG/DIOBA 2 - DIVISÃO DE OBRAS 2

PROPONENTE: EMÍLIO URBANO SQUARCINA

ASSUNTO: APROVAR A INCORPORAÇÃO DE PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS CONTRATUAIS RECALCULADOS EM RAZÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DECORRENTE DA LEI Nº 12.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011 NOS TERMOS DO ARTIGO 7º E DO DECRETO Nº 7.828, DE 16 DE OUTUBRO DE 2012, ARTIGO 2º, AO CONTRATO Nº 4350/13: FIRMADO COM A CONSTRUTORA OAS S/A.

INTERESSADO: CONSTRUTORA OAS S/A.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 12.546/11 e 12.844/13

PROCESSO: 54.284/13

D E R S A	
PROCESSO	FLS.
54284	1950
NOME OU RUBRICA	7

1 HISTÓRICO

- 1.1. Através da Medida Provisória nº 540 de 02 de agosto de 2011 que foi convertida na Lei nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011, foi instituída a "Desoneração da Folha de Pagamento", que consiste na substituição da incidência da Contribuição Previdenciária Patronal de 20% incidentes sobre a folha de pagamentos dos funcionários, prevista nos incisos I e III do artigo 22 da Lei nº 8.121 de 24 de julho de 1991, pela incidência de determinado percentual sobre a receita bruta.
- 1.2. A incidência varia de 1% ou 2%, dependendo da atividade ou do setor econômico (constante no CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas), ou do produto (conforme NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul), sobre a receita bruta, criando a "Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta" – (CPRB).
- 1.3. A substituição da incidência da contribuição previdenciária contida na Lei 12.546, têm caráter impositivo, ou seja, de aplicação obrigatória, para aquelas empresas que possuem atuação nas atividades descritas na referida lei e aquelas que foram inseridas nas legislações subsequentes.
- 1.4. A Dersa possui diversos contratos com fornecedores, para execução de obras e prestação de serviços que foram afetados pela aplicação dos dispositivos da Lei 12.546 e alterações posteriores.
- 1.5. De acordo com orientação do Tribunal de Contas da União - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi disponibilizado no Portal de Compras Governamentais orientações e procedimentos para fins

Rubrica do
Diretor

de cumprimento das disposições dos Acórdãos nº 2859/2013 – TCU e nº 1212/2014 – TCU (anexo), ambos do Plenário que impõem o dever de os órgãos e entidades da Administração Pública Federal revisarem a menor os preços dos contratos anteriormente firmados com empresas beneficiadas pelo Plano “Brasil Maior”, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei nº 12.546/11, do art. 2º do Decreto nº 7.828/12

- 1.6. Tal situação deverá resultar na revisão contratual dos contratos que se enquadram na Lei nº 12.546/11 e alterações posteriores, com o objetivo de reequilíbrio financeiro. As alterações deverão ocorrer nos Preços Unitários dos Serviços em razão da recomposição dos custos de mão de obras e um ajuste no BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, com a inclusão da “Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB)”.

2 RELATÓRIO

- 2.1. A **DERSA**, na qualidade de gestora de obras de infraestrutura de transporte, para implantação dos empreendimentos, celebrou contratos com setores abrangidos pela legislação citada, que foram beneficiados com a desoneração da folha de pagamento;
- 2.2. Considerando que o § 5º, do Artigo 65, da Lei federal n.º 8666/93 estabelece a necessidade, quando da ocorrência de que quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, de revisão destes para mais ou menos, conforme o caso, em consonância com os termos do item 17 do Parecer da Procuradoria Geral do Estado PA n.º 107/14, conforme segue: *“17. Assim, quando a alteração de tributos trazer consequências anormais, que acarretem onerosidade comprovadamente excessiva para uma das partes contratantes, a revisão será necessária para recompor o equilíbrio econômico-financeiro, a despeito de novo cálculo do índice de reajuste, que reflete a variação dos custos, de produção do bem, vir a ser considerado o impacto dessa alteração*
- 2.3. A fim de assessorar a **DERSA** no processo de aplicação e análise das metodologias provenientes da desoneração da folha de pagamento, a Companhia firmou contrato com a FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS, cujo objeto é a prestação de serviços de assessoria econômico-financeiro para revisão de contratos de execução de obras e prestação de serviços que são afetados pela aplicação dos dispositivos relacionados à desoneração da folha de pagamento.

DERSA	
PROCESSO	FLS.
54284	1957
NOME OU RUBRICA	ly

Rubrica do
Diretor

- 2.4. Com o objetivo de estabelecer um procedimento padrão a ser seguido para a efetivação da revisão dos preços dos contratos celebrados, a **DERSA**, desenvolveu, após estudos das áreas técnicas envolvidas, Nota Técnica para a revisão de preços em função da desoneração da folha de pagamento.
- 2.5. A referida Nota Técnica estabeleceu as premissas e procedimentos que deverão ser seguidos para a revisão dos preços unitários em função da desoneração da folha de pagamento, aprovada na 4ª Reunião de Diretoria Extraordinária de 23/03/2015.
- 2.6. Submetida ao Conselho de Administração para a aplicação dos referidos critérios aos contratos cujo objeto tenham sido abarcados pela desoneração da folha de pagamento prevista na Lei Federal n.º 12.844/13, mediante aditamento contratual.
- 2.7. Nos contratos do empreendimento Rodoanel Mario Covas – Trecho Norte, a **DERSA** deverá submeter a análise prévia do BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.
- 2.8. Em 09/03/2015 a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, encaminhou o relatório referente ao Contrato nº 4350/13 – CONSTRUTORA OAS S/A e, com base nos cálculos efetuados, fica desonerado o valor de R\$ 3.090.108,70 (três milhões, noventa mil, cento e oito reais e setenta centavos), referido a novembro/12.
- 2.9. Em 07/04/2015 a CONSTRUTORA OAS S/A, deu aceite aos resultados obtidos, em face da desoneração fiscal referente ao Contrato nº 4350/13.

3 CONCLUSÃO

3.1. Diante do exposto, propomos:

- 3.1.1. Aprovar a incorporação através de Termo Aditivo ao contrato nº **4350/13**, de Planilha de Preços Unitários contratuais recalculados em razão da desoneração da folha de pagamento decorrente da Lei nº 12.546, de 14 de Dezembro de 2011 nos termos do artigo 7º e do Decreto nº 7.828, de 16 de Outubro de 2012, artigo 2.
- 3.1.2. Desonerar do valor contratual de R\$ 601.140.442,61 (seiscentos e um milhões, cento e quarenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos), referido a novembro/2012, o valor de **R\$ 3.090.108,70 (três milhões, noventa mil, cento e oito reais e setenta centavos)**, referido a novembro/2012, passando o valor contratual a partir da data início da desoneração a ser de R\$ 598.050.333,91 (quinhentos e noventa e oito milhões, cinquenta mil, trezentos e trinta e três reais e noventa e um centavos), referido a novembro/2012.

DERSA	
PROCESSO	FLS.
54284/13/12	
NOME OU RUBRICA	7

3.1.3. Autorizar o Departamento de Medições a recalcular as medições e reajustamentos processados, a partir da vigência da Lei, adotando os preços unitários desonerados, à partir do enquadramento do contrato na Lei nº 12.546.

4 ANEXOS

- 4.1. Nota Técnica.
- 4.2. Relatório da FIPE
- 4.3. Declaração com o aceite da CONTRATADA.
- 4.4. Não Objeção do BID em 29/04/2015

DERSA	
PROCESSO	FLS.
54284	1983
NOME OU RUBRICA	
M	

Aprovada na Reunião do Conselho de Administração de número 756, realizada em 20/08/15
Ass. de J. Fadaro
 Secretaria Executiva do Colegiado

5 PARECERES

VALOR DE REFERÊNCIA:
(Informar data base – Mês/Ano)

R\$ 604.170.644,64 (seiscentos e quatro milhões, cento e setenta mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) referido a Novembro/2012

PREÇO:
(Informar data base – Mês/Ano)

R\$ 598.100.178,48 (quinhentos e noventa em oito milhões, cem mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos) referido a Novembro/2012

JURÍDICO:

Parecer no processo - Manifestação favorável.

ECONÔMICO/FINANCEIRO:

Não se aplica. Convênio nº 185/11 - Rodoanel Norte.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO:

A licitação, contrato nº 4349/13 e o 1º TAM aditivo e modificativo foram encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, porém pendem de julgamento.

6 OBSERVAÇÕES

- 6.1 APLICAÇÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 59.954/2013 – SIM () / NÃO (X)
(Para as contratações de Serviço Técnico Especializado)

Na, 9ª RD, realizada em 04/05/15
 foi aprovada esta proposta e
 posteriormente, será enviada a Resolução Final.

Paulo Marino Lopes
 Chefe de Gabinete

Eng. Emilio Urbano Squarcina

Eng. Emilio Urbano Squarcina
Gerente da Divisão de Obras 2

Eng. Pedro da Silva

Eng. Pedro da Silva
Diretor de Engenharia

[Handwritten signature]